



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2015/CTPOAR/CNRH/MMA

Assunto: Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências.

1. Histórico

1.1. A discussão de minuta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências, entrou em pauta na 87ª Reunião da CTPOAR, realizada em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011.

1.2. A partir da 88ª Reunião, realizada em 06 e 07 de março de 2012, iniciou-se a discussão sobre a proposta de Resolução de usos de pouca expressão, inclusive com apresentações sobre o tema.

1.3. A CTPOAR concluiu a proposta de Resolução em sua 97ª Reunião, ocorrida em 9 e 10 de dezembro de 2013.

1.4. Após entrar na pauta de reunião da XXXI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 09 e 10 de junho de 2014, a proposta de Resolução retornou à CTPOAR para alguns ajustes finais, concluídos em 21/10/2014, durante a sua 103ª Reunião.

1.5. A proposta foi novamente colocada em pauta durante a XXXIII Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 29 de junho de 2015. Durante a reunião foram apresentados novos questionamentos que precisariam de ajustes na proposta. Por isso a matéria foi retirada de pauta, com a orientação de retornar à CTPOAR.

1.6. Durante as 105ª à 108ª reuniões, a CTPOAR realizou a revisão de toda proposta de resolução, inclusive consultando diretamente os segmentos que apresentaram questionamentos durante a XXXIII Plenária do CNRH. Após esta revisão, com ampla participação dos diferentes segmentos membros, a Câmara Técnica finalizou a proposta durante a 108ª Reunião, realizada nos dias 21 e 22 de outubro de 2015.

2. Análise

2.1. Entre os considerandos da proposta de Resolução, destaca-se que a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu art. 12, § 1º, prevê a possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

2.2. Ainda de acordo com essa Lei, em seu art. 38, inciso V, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos os usos de pouca expressão, para



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com o domínio destes.

2.3. De forma a contemplar situações de bacias hidrográficas nas quais não existem comitês ou ainda não há definição dos usos de pouca expressão por parte destes, foi considerado que critérios específicos de vazões ou acumulações de água consideradas insignificantes poderão ser estabelecidos pela autoridade outorgante, conforme disposto na Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001, em seu art. 5º, parágrafo único.

2.4. Destaca-se ainda que a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, deve ser considerada para definição de acumulações relativas a barragens que independem de outorga.

2.5. O art. 1º da proposta de Resolução trata do objetivo desta, que é estabelecer diretrizes e critérios gerais para definição de captações, derivações, lançamentos e acumulações de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

2.6. O artigo 2º trata da competência para definição dos critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, de acordo com os considerandos da proposta de Resolução, com destaque para o parágrafo único que trata da definição desses critérios pelas autoridades outorgantes, na ausência de propostas de comitês de bacia hidrográfica.

2.7. O art. 3º estabelece a obrigatoriedade da observância das características hidrológicas, para corpos hídricos superficiais, e hidrogeológicas, para corpos hídricos subterrâneos, bem como das demandas existentes, para o estabelecimento de critérios específicos de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, evitando, dessa maneira, que aquíferos, bacias ou regiões hidrográficas com características hídricas muito distintas tenham os mesmos critérios estabelecidos.

2.8. O art. 4º estabelece a possibilidade da entidade competente definir como critério específico de vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes, um percentual da referência volumétrica, para porção de aquífero, ou um percentual da vazão de referência para corpos hídricos superficiais, como limite individual de uso de recursos hídricos de pouca expressão.

2.9. O art. 4º aponta, ainda, que poderá ser definido limite percentual de comprometimento coletivo para as derivações, captações, lançamentos ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, assim como a possibilidade de revisão dos critérios específicos pela autoridade competente quando constatado o referido comprometimento.

2.10. Considerando os prejuízos advindos dos processos de eutrofização e a dificuldade de reversão do estado de eutrofização dos corpos hídricos, bem como a necessidade de um maior controle desse processo, o art. 5º indica que as vazões ou volumes de diluição das cargas dos nutrientes fósforo e nitrogênio contidas nos efluentes lançados nesses corpos hídricos não poderão ser consideradas insignificantes. Dessa forma, para o possível lançamento desses efluentes nos corpos hídricos em processo de eutrofização ou eutrofizados será necessário o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos à autoridade outorgante.



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

2.11. O art. 6º indica a possibilidade de considerar o somatório de todas as derivações, captações, lançamentos e acumulações de um empreendimento em um mesmo corpo hídrico para a aplicação dos critérios específicos. Isso significa que duas ou mais intervenções isentas de outorga de um mesmo empreendimento poderão estar sujeitas à outorga, desde que seu efeito cumulativo supere o critério específico.

2.12. O art. 7º aponta a possibilidade de revisão dos critérios específicos, pela autoridade competente, quando o limite percentual de comprometimento referente a todos os usos existentes no corpo hídrico for alcançado. Para essa avaliação, deverão ser consideradas no balanço hídrico todas as demandas relativas aos usos outorgáveis e aos que independem de outorga.

2.13. Para bacias hidrográficas, corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, trechos ou porções deles considerados críticos, o art. 8º contempla a possibilidade de definição de novos critérios específicos para as vazões ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, consideradas insignificantes. A inclusão desse artigo se justifica pelo fato de que os aspectos de criticidade podem abranger tanto a demanda quanto a disponibilidade hídrica, como no caso dos rios não perenes.

2.14. O art. 9º trata de outras providências além das diretrizes para definição de vazões e acumulações de água de pouca expressão, conforme estabelecido na ementa desta proposta de Resolução. Este artigo estabelece que os usos de curta duração poderão ser considerados como aqueles que independem de outorga após analisados os volumes demandados, o tempo de uso e o impacto sobre os outros usos estabelecidos, calculado no balanço hídrico pela autoridade outorgante.

2.15. O art. 10 refere-se à necessidade de cadastramento dos usos de pouca expressão, nos termos do art. 21, da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001. O parágrafo único do art. 10 define que a autoridade outorgante deverá emitir declaração de regularidade de usos da água, condicionada à validação do cadastro, propiciando benefícios para os usuários de recursos hídricos contemplados.

2.16. Os artigos 11 e 12 dispõem, respectivamente, sobre as normas de fiscalização, assim como a aplicação das penalidades correspondentes, e a isenção da cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme a legislação vigente.

3. Conclusão

3.1. A aprovação e publicação, por parte do CNRH, de Resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para definição de derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, trará benefícios para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, atendendo a demanda dos órgãos gestores estaduais em oficinas regionais do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que permitirá aos estados aperfeiçoarem suas normas e ao SINGREH promover a regularização desburocratizada dos usuários de recursos hídricos que independem de outorga.



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

3.2. Após novas contribuições, a matéria foi discutida e aprovada por consenso pela CTPOAR. A minuta de Resolução elaborada será encaminhada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

3.3. Desta forma, esta Câmara Técnica recomenda sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer.

Em 22 de outubro de 2015.


ELLEN KENIA K. PANTOJA
Presidente da CTPOAR